

## CENTRAIS SE REÚNEM COM MINISTRO DO TRABALHO

A CENTRAL dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil participou nesta segunda-feira (30), em São Paulo, de uma reunião com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e diversas centrais sindicais para discutir o processo de recuperação judicial das Lojas Americanas.

Os sindicalistas reforçaram a necessidade de garantia dos empregos e dos direitos dos mais de 44 mil trabalhadores diretos e de centenas de milhares de trabalhadores de toda a rede de fornecedores. Propuseram ainda a convocação de representantes da rede varejista no MTE para que a empresa informe as estratégias adotadas para a preservação dos postos de trabalho.

“A atividade econômica, as empresas e os empregos têm que ser preservados independentemente das responsabilidades dos executivos, controladores e acionistas relevantes do Grupo Americanas, que



Foto: Divulgação

ainda estão sendo apuradas. Se os indícios de fraude forem provados, os culpados devem ser punidos, mas a empresa e os empregos precisam ser preservados. Por esses motivos, as centrais solicitaram ao Ministro do Trabalho e Emprego que o governo participe diretamente do processo com o objetivo de estabelecer diálogo tripartite e total transpa-

rência neste que é um dos maiores processos de recuperação empresarial do país”, apontaram as entidades de classes, em nota. Pela CTB, participaram do encontro o secretário-geral, Ronaldo Leite, o vice-presidente Ubiraci Dantas e o diretor-executivo Márcio Ayer, que também preside o Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro. “É fundamental

que as Americanas expliquem logo que medidas estão tomando para evitar quaisquer tipos de prejuízos aos trabalhadores. Estamos lutando por isso de todas as formas. Já recebemos muitas mensagens de adesão ao ato que vamos realizar na sexta-feira, no Rio de Janeiro, sede do grupo, em favor dos comerciantes do Grupo Americanas”, disse Ayer.

# ROMBO NAS AMERICANAS PODE ANULAR VENDA DA ELETROBRAS

A opinião da grande maioria dos políticos, juristas, economistas, acadêmicos e empresários comprometidos com o respeito às leis é de que o governo Lula deve aproveitar o rombo de R\$ 43 bilhões nas Americanas para anular a privatização da Eletrobrás, imposta em junho do ano passado pelo governo Bolsonaro.

Motivo não falta para a anulação. Os três maiores donos das Americanas - Jorge Paulo Lemonn, Marcel Herrmann Telles e Carlos Alberto Sicupira - são também sócios majoritários do Fundo 3G Radar, principal controlador da Eletrobrás privatizada. O receio é de que se foram irresponsáveis com a



empresa privada, nada garante que não serão com a gestão da estatal.

A posição do movimento dos trabalhadores, principalmente da CTB, central a qual o Sindicato dos Bancários da Bahia está filiado, é também pela anulação da privatização da Eletro-



brás e vai pressionar o governo Lula neste sentido, não apenas por desconfiança com Lemonn, Sicupira e Telles, mas acima de tudo porque a venda da estatal foi marcada por diversas irregularidades, além de representar um verdadeiro crime de lesa-pátria.

Foto Divulgação

## Trabalhador sem salário por dois anos

Em sentença proferida na 6ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP, a juíza Julia Pestana Manso de Castro condenou um empregador a pagar R\$ 50 mil em danos morais por ter reduzido um trabalhador a condição análoga à de escravo. Na decisão, foi destacada norma do Ministério do Trabalho e Emprego que considera em tal situação a pessoa que está sujeita a condições degradantes de labor.

De acordo com o documento, o homem ficou mais de dois anos sem receber qualquer salário enquanto cuidava do sítio do patrão. Para sobreviver, contou com ajuda de terceiros. Além disso, o fornecimento de energia do local de trabalho, que também era residência do profissional, foi cortado por falta de pagamento.

Para a magistrada, foram desrespeitados os direitos fundamentais básicos do empregado. "O empregador deixou o trabalhador à própria sorte, sem condições de trabalho e moradia dignas", pontuou.

Na decisão, a julgadora explicou que o Código Penal Brasileiro também aborda o tema. Mas destacou que "a análise criminal da questão não é de competência deste Juízo". Na esfera trabalhista, a condenação reconheceu ainda a rescisão indireta do contrato de trabalho e determinou o pagamento de verbas como aviso prévio, salários e férias vencidas.

# Previdência: Com reforma, aposentadoria chega anos depois

Foto Divulgação



A reforma da Previdência trouxe inúmeros prejuízos aos brasileiros. Com as mudanças nas regras, para se aposentar, o segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) leva, em média, mais 2,8 anos trabalhando.

O estudo do Ministério do Trabalho e Previdência aponta um adicional maior para os homens, 3,5 anos. As mulheres têm de ficar mais 2 anos no mercado. Entre 2019 e 2021, a idade média de aposentadoria dos homens passou de

58,7 anos para 62,2 anos. Já a das mulheres saiu de 57,3 anos para 59,3 anos.

A reforma, em vigor desde novembro de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, endureceu as regras para os trabalhadores, ou seja, quanto maior a idade, mais tempo a pessoa contribui para a aposentadoria. Um desmonte da proteção social dos brasileiros.

Importante lembrar que a aposentadoria por tempo de contribuição permitia acessar o benefício independentemente da idade, desde que cumpridos 30 anos de recolhimento ao INSS para as mulheres e 35 anos, homens.